

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMBUÍA

Entidades: Prefeitura Municipal de Imbuia

Fundo Municipal de Saúde de Imbuia

Fundação Hospitalar de Imbuia

Câmara de Vereadores de Imbuia

NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO CONTÁBIL - 2017

Nota 1 - Os Balanços foram elaborados a partir da escrituração contábil realizada pelo método de partidas dobradas e por meio dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, em conformidade com a Lei federal nº 4.320/64. Todos os registros contábeis do exercício de 2017 foram executados através de sistema informatizado, fornecido pela empresa Betha Sistemas Ltda.

Nota 2 - Critérios de Depreciação: para o exercício em exame não foram realizadas depreciações nos ativos desse Balanço de 2017.

Nota 3 - Critérios de Mensuração de Ativos: Os bens móveis adquiridos foram registrados pelo valor da compra, sendo que os demais bens não sofreram reavaliação, estando avaliados pelo custo de aquisição ou de produção.

Nota 4 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias, cujos valores constam do orçamento, são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64).

As receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda corrente do ano de realização, expressos em reais.

As receitas orçamentárias constantes do Balanço Orçamentário estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da receita) constante na Portaria STN/SOF nº 163/2001 e atualizações posteriores, detalhadas até a subcategoria econômica da receita.

As receitas estão listadas pelos valores brutos arrecadados e, quando for o caso, as receitas redutoras listadas no demonstrativo. As deduções de receita atualmente previstas pela legislação são: Dedução para o FUNDEB, Restituições Diversas, Renúncia de Receita, Isenção e Descontos Concedidos.

Nota 5 - Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista na Lei Orçamentária Anual, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil.

As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressos em reais.

As despesas orçamentárias constantes dos Balanços estão apresentadas conforme a classificação de seus créditos (orçamentários, suplementares e especiais).

As despesas estão listadas pelos seus valores empenhados no exercício.

NOTAS EXPLICAÇÕES ESPECÍFICAS DOS ANEXOS

- **ANEXO 01 – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas – Anexo 1**

Os dados apresentados refletem os valores arrecadados em receitas correntes, de capital e transferências financeiras recebidas e concedidas, bem como, as despesas correntes e de capital, efetivamente liquidadas no exercício de 2017.

- **ANEXO 02 – Receita segundo as Categorias Econômicas**

As receitas estão listadas pelos valores brutos arrecadados e, quando for o caso, as receitas redutoras listadas no demonstrativo. As deduções de receita atualmente previstas pela legislação são: Dedução para o FUNDEB, Restituições Diversas, Renúncia de Receita, Isenção e Descontos Concedidos.

Os dados apresentados refletem os valores das receitas efetivamente arrecadas no decorrer do exercício de 2017.

- **ANEXO 02 – Resumo Geral da Despesa**

Os dados apresentados refletem as despesas empenhadas no decorrer do exercício de 2017, possibilitando sua análise por Elemento, Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação e por Categoria Econômica.

- **ANEXO 02 – Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas**

Os dados apresentados refletem as despesas empenhadas no decorrer do exercício de 2017, possibilitando sua análise por Desdobramento, Elemento e por Categoria Econômica, detalhada por Unidade Gestora e Unidade Orçamentária.

- **ANEXO 06 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária**

Os dados apresentados refletem as despesas empenhadas no decorrer do exercício de 2017, possibilitando sua análise por Programa de Trabalho dentro dos Órgãos e Unidade Orçamentária.

- **ANEXO 07 - Demonstrativo de Funções, subfunções e Programas por Projetos e Atividades**

Os dados apresentados refletem as despesas empenhadas no decorrer do exercício de 2017, possibilitando sua análise por Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades.

- **ANEXO 08 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos**

Os dados apresentados refletem as despesas empenhadas no decorrer do exercício de 2017, possibilitando sua análise por Funções, Subfunções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos.

- **ANEXO 09 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções**

Os dados apresentados refletem as despesas empenhadas no decorrer do exercício de 2017, possibilitando sua análise das aplicações por Unidade Orçamentária e Funções de Governo.

- **ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada**

As receitas estão listadas pelos valores brutos arrecadados e, quando for o caso, as receitas redutoras listadas no demonstrativo. As deduções de receita atualmente previstas pela legislação são: Dedução para o FUNDEB, Restituições Diversas, Renúncia de Receita, Isenção e Descontos Concedidos.

Os dados apresentados refletem os valores das receitas efetivamente arrecadas no decorrer do exercício de 2017.

O demonstrativo possibilita um comparativo entre a receita orçada e a receita efetivamente arrecadada, apresentando colunas para apontar a diferença, para mais ou para menos.

- **ANEXO 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada**

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista na Lei Orçamentária Anual, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário.

As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização expressos em reais.

Os dados apresentados refletem as despesas empenhadas no decorrer do exercício de 2017, possibilitando sua análise das aplicações por Unidade Orçamentária e Programas por Projetos e Atividades, detalhados elementos de despesa e seu complemento.

O demonstrativo possibilita um comparativo entre a despesa orçada, com as modificações impostas com os créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários e a despesa efetivamente realizada, apresentando uma coluna para apontar a diferença não utilizada dos respectivos créditos.

- **ANEXO 12 – Balanço Orçamentário**

Aspectos Gerais - O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 e no anexo 12 da Lei Federal 4.320/64, apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente. A partir do confronto entre as receitas executadas com as estimadas, é possível avaliar o desempenho da arrecadação no exercício em questão. Quando confrontadas as despesas executadas com as autorizadas, é possível analisar as despesas da administração mediante à autorização legislativa que orientou os gastos e também a ação do gestor. O confronto das diferenças entre as receitas previstas e as despesas fixadas, bem como entre as receitas e despesas executadas, permite o conhecimento do resultado orçamentário: superávit (receita maior que despesa) ou déficits (despesa maior que a receita).

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias, cujos valores constam do orçamento, são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64).

As receitas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda corrente do ano de realização expressos em reais.

As receitas orçamentárias constantes do Balanço Orçamentário estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da receita) constante na Portaria STN/SOF nº 163/2001 e atualizações posteriores, detalhadas até a subcategoria econômica da receita.

As receitas estão listadas no Balanço Orçamentário pelos valores brutos arrecadados e, quando for o caso, as receitas redutoras listadas logo abaixo. As deduções de receita atualmente previstas pela legislação são: Dedução para o FUNDEB, Restituições Diversas, Renúncia de Receita, Isenção e Descontos Concedidos.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista na Lei Orçamentária Municipal, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil.

As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização expressos em reais.

As despesas orçamentárias constantes do Balanço Orçamentário estão apresentadas conforme a classificação de seus créditos (orçamentários, suplementares e especiais).

As despesas estão listadas pelos seus valores empenhados no exercício.

• ANEXO 13 – Balanço Financeiro

Aspectos Gerais

O Balanço Financeiro previsto no art. 103 e no anexo 13 da Lei Federal 4.320/64 demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, sendo que os Restos a Pagar do exercício são computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

A análise do Balanço Financeiro permite verificar todos os valores que interferiram de alguma forma no resultado financeiro do exercício, visto que este deve listar todos os ingressos e saídas financeiras executadas no período.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias

No Balanço Financeiro, as receitas orçamentárias possuem os mesmos critérios de classificação adotados no Balanço Orçamentário. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Extra-Orçamentárias

As contas listadas no grupo de receitas extra-orçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram positivamente em contas do sistema financeiro. Consideram-se ainda os valores inscritos em restos a pagar, que por força do parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal 4.320/64 compõem esse grupo para fazer contrapartida aos valores empenhados na despesa orçamentária e não pagos.

A seguir, listamos o significado dos principais grupos de contas apresentados como receitas extra-orçamentárias:

a) Restos a Pagar (Inscritos no Período) – Representam todos os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2017, processados ou não processados a pagar;

b) Serviços da Dívida a Pagar – Representam as operações de créditos em liquidação, que no caso demonstram os valores de juros e amortização da dívida interna que a Prefeitura efetuou liquidação;

c) Depósitos – Representam as entradas dos valores referentes às consignações, normalmente retidas em folhas de pagamento de empregados ou servidores e/ou retenções dos pagamentos referentes às compras de bens e serviços;

d) Diversas Contas – Representam a movimentação a crédito das contas de obrigações a pagar, bem como as transferências financeiras recebidas e o movimento a crédito das demais contas do sistema financeiro.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias estão classificadas no Balanço Financeiro pelas suas funções de governo, conforme a Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão e a Lei Federal 4.320/64, e constam no mencionado demonstrativo pelos seus valores empenhados, de forma que o empenhado e não pago até o término do exercício em questão vem a constar como restos a pagar no grupo da receita extra-orçamentária.

Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Extra-Orçamentárias

As contas listadas no grupo de despesas extra-orçamentárias são todas aquelas cujos valores transitaram negativamente em contas do sistema financeiro. A seguir, listamos o significado dos principais grupos de contas apresentados como despesas extra-orçamentárias:

a) Restos a Pagar (Pagamentos no Período) – Representam todos os valores pagos de restos a pagar durante o exercício de 2017;

b) Serviços da Dívida – Representam os valores pagos de juros e amortização da dívida interna da Prefeitura;

c) Depósitos – Representam as saídas dos valores referentes às consignações, normalmente retidas em folhas de pagamento de empregados ou servidores;

d) Diversas Contas – Representam a movimentação a débito das contas de obrigações a pagar, bem como as transferências financeiras recebidas e o movimento a crédito das demais contas do sistema financeiro.

• ANEXO 14 – Balanço Patrimonial

Aspectos Gerais

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 e no Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Pode-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para à entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Contas de Compensação – compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Critérios Contábeis de Mensuração dos Ativos

Ativo Financeiro – O ativo financeiro está demonstrado pelo seu valor de realização. Nos valores listados no grupo do Ativo Financeiro, nenhuma conta foi atualizada a valor presente e nem monetariamente, constando de seus valores originais.

Ativo Permanente – Os bens do ativo permanente estão demonstrados ao custo de aquisição, sem correção monetária e sem dedução da depreciação, que não foi adotada para o balanço de 2017.

Critérios Contábeis de Mensuração dos Passivos

Passivo Financeiro – O passivo financeiro da entidade está demonstrado ao custo de aquisição ou realização, referem-se aos restos a pagar e aos depósitos e consignações, ou seja, à Dívida Flutuante da entidade.

Passivo Permanente – O passivo permanente está representado pelas dívidas de longo prazo contraídas pela entidade.